

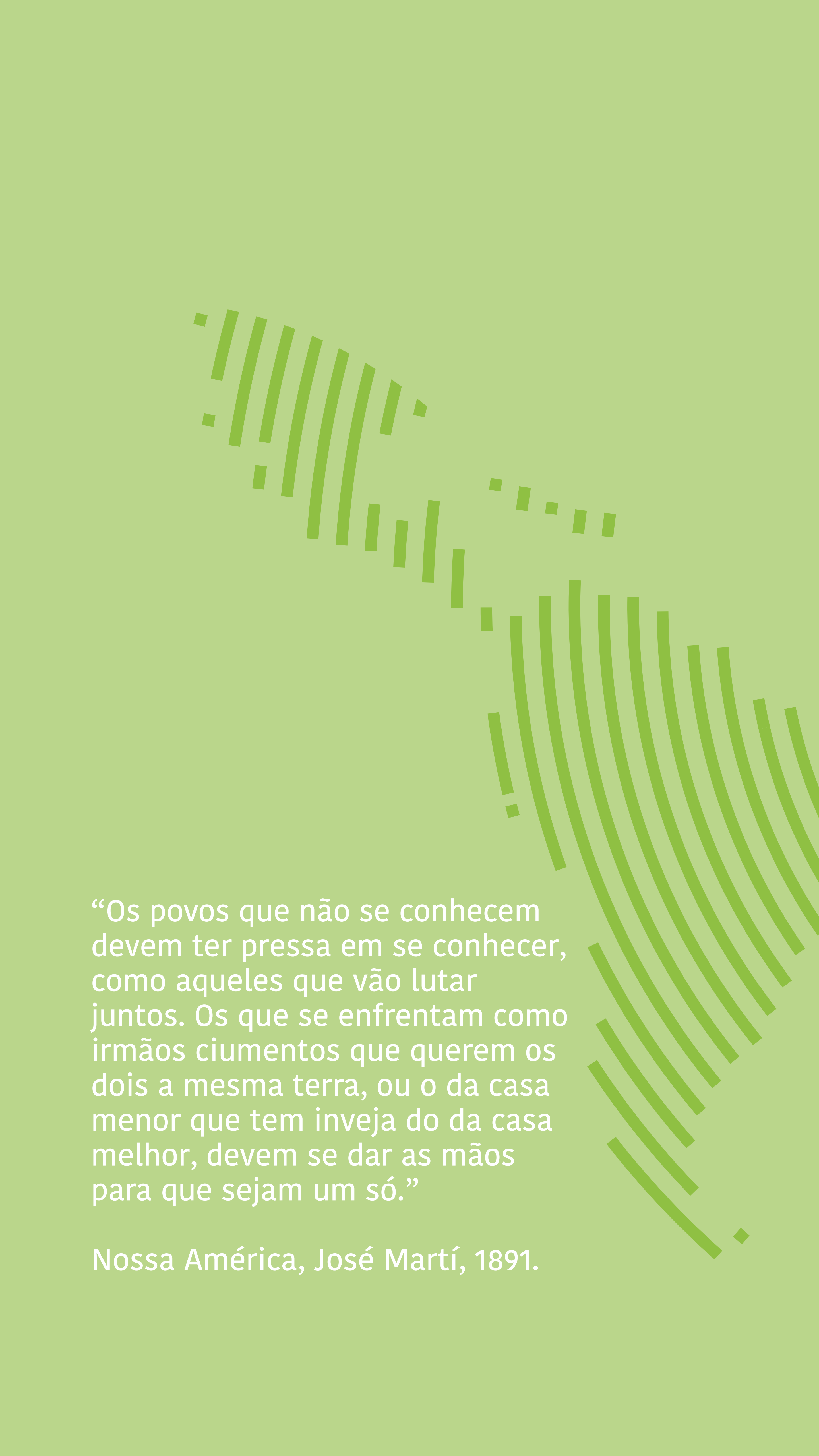


NOSSA
AMÉRICA
VERDE

PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA COM JUSTIÇA AMBIENTAL E SOCIAL 2020-2030

**UM CHAMADO URGENTE PARA CONSTRUÍRMOS UMA SAÍDA VERDE
FRENTE À CRISE ECONÔMICA, SANITÁRIA E CLIMÁTICA, E INVESTIRMOS EM
UM FUTURO SUSTENTÁVEL PARA TODAS E TODOS!**

**ESTA É UMA VERSÃO PRELIMINAR DO PLANO, QUE SE ENCONTRA ABERTA PARA CONTRIBUIÇÕES.
QUER PARTICIPAR DA CONSULTA PÚBLICA? ACESSE: [NUESTRAAMERICAVERDE.ORG](https://nuestraamericaverde.org)**

The background features a series of green curved lines that sweep across the page from the top left towards the bottom right. The lines vary in length and curvature, creating a sense of movement and depth. The overall color palette is a range of light to medium greens.

“Os povos que não se conhecem
devem ter pressa em se conhecer,
como aqueles que vão lutar
juntos. Os que se enfrentam como
irmãos ciumentos que querem os
dois a mesma terra, ou o da casa
menor que tem inveja do da casa
melhor, devem se dar as mãos
para que sejam um só.”

Nossa América, José Martí, 1891.

É HORA DE UMA NOVA AMÉRICA LATINA

A Covid-19 devastou a América Latina. Não só testemunhamos a dor de milhares de mortes, mas também o desamparo de milhões de trabalhadores que perderam seus empregos e famílias que não dispõem recursos para arcar com as necessidades mais básicas, como se alimentar. Enfrentamos a crise social e econômica mais grave em décadas e, se não atuarmos agora, as consequências serão devastadoras.

Infelizmente, a crise de saúde, social e econômica gerada pela Covid-19 é apenas um prelúdio do que o planeta poderá encarar se não responder à emergência climática. Mais da metade dos latino-americanos vive nos chamados países de alto risco, lidando com um futuro potencialmente dominado por migrações massivas forçadas, escassez de água e crises em setores econômicos inteiros. Apesar das advertências alarmantes da comunidade científica, de jovens, das comunidades quilombolas e de povos indígenas, não há reação por parte dos líderes mundiais e nossa região se encontra exposta aos dramáticos impactos das mudanças climáticas.

Mas como enfrentar a emergência climática diante de uma crise sanitária e econômica em pleno desenvolvimento? A experiência nos ensinou que as chamadas “políticas de austeridade” exacerbam o sofrimento e prolongam as recessões. Hoje, precisamos que o Estado cumpra seu papel diante da pobreza e das urgências nos territórios periféricos, sejam eles rurais ou urbanos; apoie as famílias vulneráveis e invista na recuperação econômica.

A questão sobre a mesa é: o maior pacote de investimento público de nossa história será usado para tentar voltar ao passado ou, em vez disso, para pavimentar o caminho para um futuro mais humano e sustentável. Não há dúvidas, necessitamos de uma recuperação verde.

Nossa América Verde é uma aposta radical por esse futuro, que agrupa lideranças políticas e sociais latino-americanas em torno da primeira proposta de recuperação e cooperação para uma transição social, econômica e ecológica que nos permita enfrentar a emergência climática regionalmente. Sobreviver depende de adotar um paradigma de cooperação para transitar rumo a uma nova ordem econômica e social, que coloque o bem-estar das pessoas como objetivo central e construa sociedades sustentáveis e igualitárias.

Assim como líderes de outras regiões estão defendendo um Green New Deal, ao qual aderiram recentemente organismos internacionais como o FMI, a União Europeia e o Banco Mundial, nós apoiamos um Plano de Recuperação Econômica e de Justiça Ambiental e Social para a América Latina. Este plano deve

iniciar uma transformação produtiva, econômica e social, criando empregos e ao mesmo tempo reduzindo drasticamente as emissões de gases de efeito estufa e progredindo na derrota da pobreza, precariedade e desigualdade que nos atormentam hoje. Para alcançar a magnitude das mudanças que nossas sociedades exigem, propomos um grau de cooperação latino-americana e de mobilização de recursos sem precedentes em nossa história.

Em tempos de crise sanitária, negacionismo climático e isolacionismo nacionalista, Nossa América Verde aposta em uma recuperação econômica verde, baseada na Ciência, na cooperação e no bem-estar comum.

UM CHAMADO URGENTE PARA TRANSFORMAR A AMÉRICA LATINA: 14 PROPOSTAS PARA A DÉCADA 2020-2030

Atingir economias verdes e sociedades igualitárias é um desafio que levará anos e para o qual serão necessárias muitas mudanças em nossa região. A presente proposta de recuperação constitui os primeiros passos para uma América Verde, com medidas concretas em 14 áreas de intervenção com base em três princípios orientadores:

1. Realismo científico e ambição pragmática.

A Ciência é categórica ao afirmar que não bastam medidas parciais ou provisórias nem pequenos avanços, mas uma mobilização de recursos e vontade política similar à adotada em face a uma crise ou a desastres naturais. As medidas projetadas devem enfrentar a magnitude do desafio, entendendo que a mudança que buscamos

virá não apenas da iniciativa dos governos centrais e de megaprojetos, mas também do empoderamento das comunidades locais que devem ser protagonistas do destino de seus territórios em relação aos ecossistemas presentes neles.

2. Cooperação sobre concorrência através da unidade da América Latina. Embora os países de nossa região compartilhem laços históricos e culturais e enfrentam desafios econômicos e sociais semelhantes, isso não se traduz em uma aliança de cooperação suficientemente ambiciosa. A proposta do **Nossa América Verde** prioriza a cooperação sobre a concorrência, planejando áreas concretas de coordenação e articulação para alcançar o bem comum. Diante de um mundo globalizado, a América Latina deve unir-se e incluir os povos indígenas e quilombolas no desenho e execução dessa transformação, somando-se ao movimento por um *New Green Deal Global*.

3. Justiça climática é justiça social.

Historicamente, as demandas ambientais têm sido separadas das necessidades sociais, estabelecendo uma falsa dicotomia entre ambas. O processo de transformação socioecológica e de recuperação econômica deve ser financiado pelos setores mais privilegiados da população e viabilizar uma transição para o bem-viver dos setores mais vulneráveis. **Nossa América Verde** é uma aposta por uma transição justa, que descarboniza nossa economia, de mãos dadas com os avanços sociais.

As 14 áreas que estruturam o **Plano de Recuperação Econômica com Justiça Ambiental e Social** estão divididas em dois grandes capítulos. O primeiro enuncia **seis processos** de integração e coordenação regionais urgentes. O segundo aborda **oito áreas** de caráter setorial essenciais para o alcance de sociedades sustentáveis. A seguir, um resumo das principais propostas de **Nossa América Verde** para a região.

RESUMO EXECUTIVO DAS PRINCIPAIS MEDIDAS

Investimento para criar empregos sustentáveis e avanços sociais

- **Liderar a transição para energia limpa e alcançar uma matriz energética 100% NCRE, até 2050:** estabelecer o setor de energia sustentável como estratégico, acelerando o fechamento de usinas termelétricas e investindo paralelamente em energia limpa.
- **Construção de 25 milhões de moradias sustentáveis:** tendo em vista que o déficit habitacional tem sido um problema constante em nossa região, propomos reativar a economia a partir da criação de bons empregos, por meio da construção massiva de moradias sustentáveis, com altos padrões de eficiência energética, para os setores mais vulneráveis.
- **Eficiência energética e conforto térmico de 40 milhões de residências:** implementar um plano de eletrificação dos equipamentos

térmicos residenciais e reformar edifícios existentes, a fim de melhorar o isolamento e elevar os níveis de conforto térmico, permitindo a calefação ou climatização das residências, de acordo com a necessidade de cada região ou estação do ano.

- **Investimento em transporte público elétrico gratuito e mobilidade não-motorizada:** caminhar para um sistema de transporte público 100% elétrico e gratuito no médio prazo. Em complementação, investir em ciclovias e infraestrutura para mobilidade urbana não motorizada.
- **Investimento em infraestrutura e transporte interurbano de baixa emissão:** promover a criação de redes ferroviárias elétricas em todos os países; fortalecer a capacidade do transporte em ônibus para avançar em direção à eletromobilidade e desencorajar o transporte aéreo até que existam soluções de baixo teor de gases de efeito estufa.
- **Defesa da água e geleiras:** promover políticas coletivas para conservação das geleiras e estabelecer a água como um recurso estratégico para a sobrevivência, juntamente com iniciativas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas sobre a disponibilidade de água.

Proteção social para trabalhadores e famílias

- **Renda Básica Emergencial para famílias vulneráveis durante a crise:** a parcela da população que perdeu empregos ou meios de sobrevivência está entre a mais afetada

pela atual crise econômica e de saúde. Por isso, demandamos a implantação da Renda Básica Emergencial para os setores mais vulneráveis, enquanto durar a crise.

- **Treinamento e renda especial para uma transição justa:** facilitar a transição laboral para todos aqueles que perderam seus empregos ou estão em setores ameaçados pela emergência climática. Oferecer programas de treinamento e educação às comunidades para que elas possam lidar com as mudanças necessárias e ofertar uma renda especial aos trabalhadores afetados.

Financiamento justo

- **Coalizão Global do Sul contra paraísos fiscais:** os países da América Latina perdem pelo menos US\$ 13,5 bilhões por ano devido ao uso de paraísos fiscais. Devemos ordenar uma Coalizão Global de países do Sul para exigir um marco regulatório internacional que erradique essas injustiças.
- **Imposto sobre a riqueza para os mais ricos e cooperação fiscal:** atualmente, o 1% mais rico da América Latina concentra mais de 40% da riqueza da região. Precisamos que os mais ricos façam sua parte para a recuperação econômica de todas e todos e que nossos países cooperem para que as regras tributárias se tornem mais justas e eficazes.
- **Acordo de paz e cooperação para reduzir os gastos militares:** se comparados ao início do século, atualmente, os países latino-

americanos gastam quase três vezes mais, em defesa. É necessário aprofundar a paz e a cooperação a fim de reduzir os gastos militares pela metade, em cinco anos.

- **Criação do Banco Latino-americano de Desenvolvimento Verde:** composto por países da América Latina, deve promover o desenvolvimento de pólos econômicos e industriais verdes na região, tais como a indústria da eletromobilidade, a construção sustentável, a climatização sustentável etc.

Para um maior detalhamento das 14 propostas, recomendamos a leitura do Plano na íntegra, disponível a seguir.

ÍNDICE

I. Construir Unidade Latino-Americana para o Bem-Estar Comum 13

- 1. Novo Acordo com o Norte Global 13
- 2. Cooperação Tributária e Financiamento 17
- 3. Fortalecer a Paz para Facilitar a Desmilitarização 20
- 4. Política de Inovação com Propósito Público 21
- 5. Defesa dos Povos Originários, Quilombolas e de Ativistas Ambientais 24
- 6. Institucionalidade Latino-Americana Ecológica 28

II. Justiça Social e Ambiental 31

- 7. Energia sem Emissões 31
- 8. Cidades Justas e Sustentáveis 34
- 9. Mobilização e Transporte Limpo 37
- 10. Proteção às Famílias e Transição de Trabalho Justa 40
- 11. Soberania Alimentar Sustentável 44
- 12. Conservação e Regeneração da Biodiversidade 48
- 13. Economia Circular: Reutilização, Reciclagem, Redução e Resíduos 52
- 14. Gestão Integrada contra Riscos de Desastres e Crises Sanitárias: Investimento em Resposta e Resiliência 54

I. CONSTRUIR UNIDADE LATINO-AMERICANA PARA O BEM-ESTAR COMUM

1. NOVO ACORDO COM O NORTE GLOBAL

A América Latina está sofrendo as consequências de décadas de emissão descontrolada por parte do mundo industrializado e desenvolvido. Apesar de nossa região não ser uma das principais responsáveis pela crise climática, vamos sofrer uma parte importante de seus efeitos.

QUAIS PAÍSES MAIS CONTRIBUÍRAM COM AS EMISSÕES GLOBAIS DE CO²?

AMÉRICA DO NORTE

457 bilhões de toneladas de CO₂
29% do total de emissões globais acumuladas



ÁSIA

457 bilhões de toneladas de CO₂
29% do total de emissões globais acumuladas



UE-28

353 bilhões de toneladas de CO₂
22% do total de emissões globais acumuladas



EUROPA

514 bilhões de toneladas de CO₂
33% do total de emissões globais acumuladas

ÁFRICA AMÉRICA DO SUL

43 bilhões de toneladas de CO₂
3% do total de emissões globais acumuladas

40 bilhões de toneladas de CO₂
3% do total de emissões globais acumuladas



Fonte:
<https://ourworldindata.org/contributed-most-global-co2>



Nossa região deve exigir um Novo Acordo com o Norte Global Desenvolvido que nos permita enfrentar a emergência climática, enquanto, simultaneamente, avançamos em conquistas sociais urgentemente requeridas por nossa população. O primeiro passo para o Novo Acordo é uma articulação profunda e permanente da América Latina que garanta uma frente comum para propor este conjunto de medidas. A cor de nossos governos não deve ter efeito sobre a profundidade de nossos laços. Propomos uma agenda de trabalho conjunta que aborde as seguintes medidas:

a. Acabar com as injustiças dos paraísos fiscais. Atualmente, 40% dos lucros mundiais são declarados em “paraísos fiscais”, amparados pelo Norte Global. A América Latina perde pelo menos US\$ 13,5 bilhões por ano em impostos não pagos por empresas que usam mecanismos legais para tirar proveito desses territórios. Nossa região não pode esperar que as tímidas iniciativas da OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico) revertam essas condições e deve, proativamente, ordenar uma coalizão de países do Sul Global que exija um quadro regulamentar que erradique essas injustiças.

ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA PERDIDA POR PARAÍSO FISCAIS (EM MILHÕES DE DÓLARES)



Fonte:
missingprofits.
world

b. Moratória ao pagamento da dívida externa e novos empréstimos para a recuperação e transição socioecológica.

Apesar das declarações emitidas por ocasião da aprovação do Acordo de Paris na COP 21, quando foram comprometidos US\$ 100 bilhões anuais a partir de 2020 para os países em desenvolvimento, a realidade está longe de alcançar essa meta. Ela não foi atingida e os mecanismos utilizados pelos países desenvolvidos têm sido insuficientes, especialmente o Fundo Verde Climático. Esta



situação é agravada pela crise econômica na região causada pela pandemia do coronavírus, o que por si só justifica a medida de permitir a suspensão coordenada dos pagamentos (ECONFIP, 2020). Nesse sentido, propomos que a América Latina faça uma proposta conjunta para uma moratória de pagamentos e uma nova política de empréstimos em condições favoráveis para a transição, que mobilize os recursos necessários para a mitigação e adaptação, além de proporcionar um espaço fiscal urgente aos Estados que estão limitados nas medidas necessárias para enfrentar a crise da COVID-19.

c. Exigir transferência tecnológica para a industrialização. A urgência com a qual devemos desenvolver capacidades e indústria para impulsionarem as mudanças acima mencionadas requer que o Norte Global facilite o uso de tecnologias e conhecimento. É por isso que devemos exigir que os países desenvolvidos financiem a transferência tecnológica necessária ou aceitem rediscutir os quadros do direito à propriedade, para que a América Latina possa acelerar o processo de transição.

d. Exercer o direito a licenças e patentes. Estamos em uma emergência sanitária e climática global e isso significa que a sobrevivência de nossas sociedades e de seus ecossistemas está em jogo. Reafirmamos o direito de usar licenças e patentes estratégicas em áreas sensíveis durante uma emergência (como vacinas e medicamentos para patologias que aumentam devido à crise ou tecnologias de geração renovável



de alta eficiência) para, assim, ajudarmos a cobrir o custo necessário para implementação das mudanças. A corrida contra o tempo para projetar a vacina do coronavírus deve ser o ponto que marca uma nova política comum nesta questão, permitindo acesso aos cidadãos de forma universal e eficiente.

2. COOPERAÇÃO TRIBUTÁRIA E FINANCIAMENTO

As medidas propostas pela **Nossa América Verde** representam uma transformação econômica e social altamente ambiciosa. Portanto, é urgente fazer investimentos importantes em áreas que serão desenvolvidas ao longo deste relatório, incluindo a transição total de energia para fontes renováveis não convencionais e a construção de infraestruturas públicas a um patamar sem precedentes.

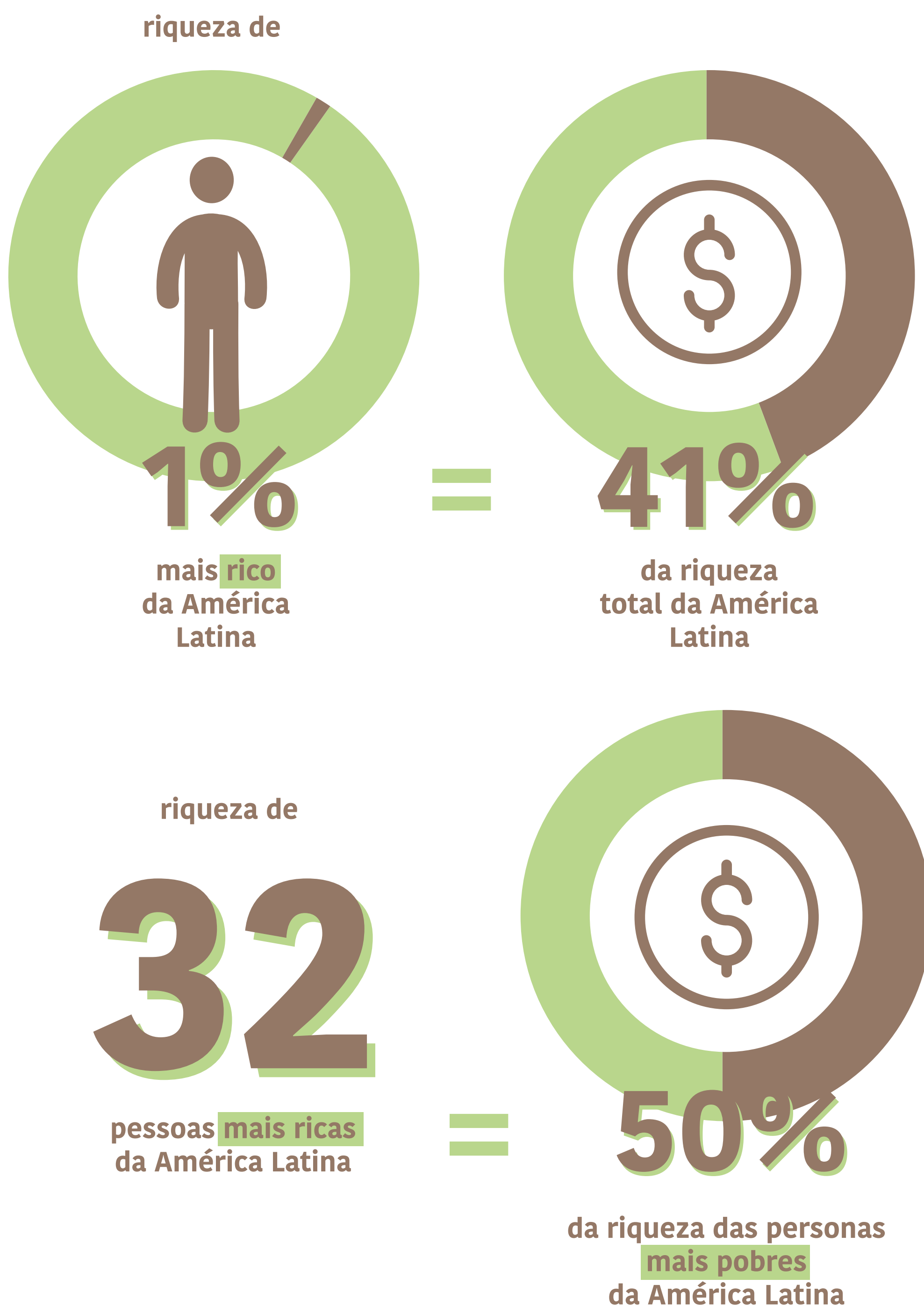
A América Latina é uma das regiões mais desiguais do planeta e o investimento necessário não deve ser custeado pelos setores vulneráveis, mas sim pelos setores mais abastados. Para isso, devemos barrar a corrida individual ao abismo, na qual os países da região competem diminuindo as taxas tributárias nacionais para atração de empresários e investidores, e iniciar um caminho de cooperação latino-americana no qual os países se articulem para a construção conjunta de sistemas tributários justos.

a. Criação do Instituto de Cooperação Tributária da América Latina. Devemos criar um espaço de cooperação latino-americana que estude os sistemas tributários de cada país e faça recomendações para aumento da carga tributária



dos mais ricos da região.

b. Imposto sobre o patrimônio para os 1% mais ricos da América Latina. Implementar um imposto sobre a riqueza do setor mais rico do continente. Propomos um imposto anual com uma taxa de 2% sobre o patrimônio daqueles que estão dentro do 1% mais ricos da região.





c. Impostos verdes. Devemos ampliar o uso desses instrumentos, dos quais já há várias experiências no mundo e na própria região, e considerar que existe uma compensação para os setores vulneráveis mais afetados. Quando aplicados adequadamente, eles cumprem dois propósitos: a) desincentivar fiscalmente práticas econômicas nocivas – como carro individual, energias sujas, alimentos processados que representam risco à saúde, entre outras; b) captar recursos para financiar a transformação.

d. Fundo de Adaptação Climática baseado na extração de combustíveis fósseis e outros não renováveis. As receitas tributárias ligadas à extração de combustíveis fósseis ou a atividades com alto impacto no meio ambiente são altamente vulneráveis e não podem ser garantidas como mecanismos de financiamento permanente de nossos países. Por isso, parte dos fundos arrecadados por essas atividades será destinada a um Fundo de Adaptação Climática que se alimente da rentabilidade dos próprios recursos investidos.

A necessidade de priorizar a criação deste Fundo é confirmada pelos riscos de desenvolvimento de novas doenças, como a que estamos vivendo atualmente. O coronavírus vem se somar à expansão de doenças que a comunidade científica já previu como resultado da crise climática e ecológica.



3. FORTALECER A PAZ PARA FACILITAR A DESMILITARIZAÇÃO

A discussão sobre o futuro da nossa região não pode ser determinada pelo tamanho das nossas Forças Armadas ou pelo seu investimento em armamentos. Pelo contrário, a prosperidade e a justiça do nosso horizonte deve ser construídas sobre um compromisso mais forte com a paz. É nossa responsabilidade fortalecer as bases da cooperação, do respeito mútuo e da resolução absolutamente pacífica das diferenças entre nossos países.

a. Acordo de paz, cooperação e defesa mútua entre todos os países da América Latina. Nossos países devem reconhecer que a principal ameaça à paz e ao bem-estar da região não são nossos vizinhos, mas a emergência climática. Apesar de atualmente gastarmos uma proporção do PIB semelhante ao do início do século, quase triplicamos os gastos em termos absolutos. Propomos uma declaração de paz, cooperação e defesa mútua, que permitirá gastos mais eficientes em defesa e a redução dos gastos militares pela metade, em cinco anos. Essa cooperação incluirá a definição formal das Forças Armadas e dos órgãos de aplicação da lei como o órgão para lidar com eventos climáticos extremos causados pela crise climática, pandemias e outros fenômenos similares.

Isto economizaria 30 mil milhões de dólares por ano dos orçamentos públicos - valor que pode ser alocado diretamente na recuperação



verde, criando empregos de qualidade, apoiando famílias carentes e preparando nossas sociedades para um futuro sustentável.

4. POLÍTICA DE INOVAÇÃO COM PROPÓSITO PÚBLICO

Os principais setores econômicos dos países do continente, como turismo, agronegócio e outras indústrias intensivas no uso da água, são vulneráveis à crise climática. Tal como a pandemia demonstrou, além do provável aumento de desastres naturais, estes setores dependem de condições de estabilidade. Essa situação faz com que as mudanças climáticas impactem potencialmente nossas principais fontes de renda e emprego.

Historicamente, nossas economias têm se baseado na superexploração e exportação de recursos naturais de baixo ou quase nenhum valor agregado, o que resultou em uma estagnação de indicadores macroeconômicos, como de complexidade de exportações, inovação ou produtividade. É hora de tirar proveito do conhecimento e da inovação criados por nossa força de trabalho e avançar para uma matriz produtiva moderna, resiliente e ecológica. Para isso, propomos a criação de uma **Estratégia de Desenvolvimento Latino-Americano** de médio e longo prazos, com os seguintes pontos:

- a. **Definir e priorizar os setores econômicos estratégicos da América Latina.** A criação de novos setores econômicos e a modernização dos já existentes exigem tempo e recursos

financeiros e humanos para alcance do sucesso. Por esse motivo, em cada país, é necessário definir e proteger os setores estratégicos que são ou serão os principais motores da economia do continente.

Dentro dessa estratégia, consideramos essencial definir elos sub-regionais de desenvolvimento. Devido à grande diversidade de nossa região, que contém países de grande tamanho e, ao mesmo tempo, economias de pequenas dimensões, devemos planejar a criação de economias de escala de nível intermediário, que muitos países não conseguem construir por si mesmos. E precisamos pensar quais setores devem ser escalados de maneira coordenada na América Central, no Caribe e no Cone Sul.

Além disso, a recente pandemia acionou o alarme sobre a necessidade de uma área vital para o desenvolvimento: a indústria farmacêutica e de suprimentos médicos. Neste setor, uma política regional deve ser desenvolvida urgentemente para que haja fornecimento autônomo de produtos necessários para a segurança sanitária dos habitantes da América Latina.

b. Promover áreas de baixa emissão, estabelecendo a economia dos cuidados.

O sistema econômico atual e as medidas que aceitamos para avaliarem seu sucesso, principalmente o crescimento econômico por meio do PIB, demonstraram possuir limites significativos para enfrentar de maneira agressiva a crise que sofremos (Jackson, 2017; Raworth, 2017). Da mesma forma que medimos



o tamanho das economias sem contabilizar os cuidados domésticos, os setores trabalhistas com maior pegada ambiental (como mineração, construção ou manufatura) são os mais valorizados social e economicamente, enquanto aqueles que têm menor impacto (como professores, enfermeiras e cuidados em geral) têm, em média, menor remuneração. Por isso, acreditamos ser fundamental fortalecer a provisão de serviços públicos como educação e saúde, ao mesmo tempo em que avançam o reconhecimento e a valorização do trabalho reprodutivo e do cuidado doméstico.

c. Criação do Banco Latino-Americano de Desenvolvimento Verde. Criação de um Banco de Investimento e Apoio que promova o desenvolvimento de polos econômicos e industriais verdes estratégicos para a América Latina. Diferentemente das instituições existentes hoje, ele será composto apenas por países da América Latina, e as áreas estratégicas serão determinadas por critérios relacionados à cooperação entre países; às áreas necessárias para a descarbonização de nossas sociedades e à sustentabilidade dentro de uma economia verde. Em particular, devemos criar uma indústria latino-americana que nos permita alcançar os objetivos de Justiça Ambiental e Social (segunda metade do documento) em áreas como eletromobilidade, construção de moradias sustentáveis, implementação de ar condicionado sustentável etc.



d. Triplicar as despesas em pesquisa e desenvolvimento no continente até 2030.

A economia do futuro será baseada no conhecimento: atualmente, gastamos apenas 0,76% do PIB em Pesquisa e Desenvolvimento (Banco Mundial, 2019). Triplicar as despesas em P&D até 2030 permitiria atingir níveis semelhantes aos da média atual de membros da OCDE e sair da dependência da superexploração e exportação de matérias-primas.

e. Criação de centros tecnológicos de vanguarda mundial. A constante criação colaborativa de conhecimento e tecnologia é um passo fundamental para o desenvolvimento econômico dos países, e por isso propomos a criação de centros tecnológicos em diferentes países do continente, nos setores econômicos estratégicos comuns da América Latina, em coerência com os desafios de adaptação e mitigação à crise climática.

5. DEFESA DOS POVOS ORIGINÁRIOS, QUILOMBOLAS E DE ATIVISTAS AMBIENTAIS

A população indígena é formada por mais de 45 milhões de pessoas em toda a região. Com alta dispersão territorial, 826 povos indígenas moram em nosso território. O papel dos povos nativos e sua importância como comunidades que desenvolvem práticas e modos de vida substancialmente benéficos para os ecossistemas começaram a ser cada vez mais reconhecidos pela Ciência e pelos

organismos internacionais. Da mesma maneira, foi identificado o perigo que essas formas de vida enfrentam, tanto pelas pressões que a economia gera sobre elas quanto pelos impactos nos ecossistemas dos quais os povos nativos são especialmente dependentes (IPBES, 2019; IPCC, 2019). Em suma, os povos originários e quilombolas têm sido historicamente afetados por conflitos ambientais, institucionalizando um verdadeiro racismo ambiental que Nossa América Verde deve ser capaz de erradicar.

Por outro lado, a região tem sido historicamente caracterizada como local de forte ativismo ambiental, marcando nosso desenvolvimento como território de reivindicações pelo direito ao acesso e à administração de bens comuns, como a água, os rios e os ecossistemas em geral. Essa rica história tem um lado menos amigável na violência exercida contra os defensores da terra e do meio ambiente. Segundo o relatório da Global Witness (2019), mais da metade dos ativistas mortos em 2018 no mundo moravam na América Latina e, desde o início da publicação desses dados, em 2012, a região tem liderado de maneira constante essa lista infame.

Nossa América Verde reconhece o papel fundamental que os povos nativos e os ativistas ambientais desempenham na construção de um modelo ecologicamente sustentável e socialmente justo em nossa região. Por isso, propomos as seguintes medidas:

a. Compromisso com a autonomia.

Reconhecimento da plurinacionalidade para impulsionar um processo de reconfiguração da organização estatal a fim de proporcionar



níveis de autonomia para os povos nativos.

b. Reconhecimento do papel dos povos nativos na proteção do meio ambiente.

Os povos nativos e suas práticas e saberes ancestrais são fundamentais para combate à crise ecológica e climática. Por isso, devemos assumir o compromisso de reconhecê-los nos instrumentos e políticas regionais e nacionais, permitindo o desenvolvimento e conservação de seu conhecimento e economias locais sustentáveis.

c. Autonomia sobre administração de bens comuns.

A luta pela autonomia não se reduz ao reconhecimento legal, mas inclui a restituição de bens comuns despojados pelos impérios coloniais séculos atrás. Essa situação, junto ao conhecimento que temos hoje sobre os benefícios sociais e ambientais gerados pelos povos nativos, cujas formas de se relacionarem com os ecossistemas permitem a conservação da biodiversidade e, no geral, exercem uma menor pressão ambiental, requerem um compromisso dos Estados para promoção de seu desenvolvimento. Nesse sentido, expressamos nosso compromisso de garantir o acesso para esses povos e de combater a criminalização e a desapropriação de recursos naturais que sustentam seus estilos de vida, incluindo o combate à biopirataria e à apropriação do patrimônio biológico.

d. Assinatura do Acordo de Escazú. Esse tratado internacional sobre acesso à informação, participação do cidadão e acesso à justiça em questões ambientais é o primeiro



instrumento dessa natureza negociado inteiramente pela América Latina e Caribe. A grande novidade desse tratado é a presença de mecanismos de proteção aos defensores da Terra e do meio ambiente. Portanto, propomos a rápida aprovação desse acordo por todos os países da região para início de uma agenda de trabalho que reduza a violência contra o ativismo ambiental.

NÚMERO TOTAL DE ASSASSINATOS POR PAÍS



Fonte:
Global Witness
(2019)



NÚMERO DE ASSASSINATOS POR SETOR



Fonte:
Global Witness
(2019)

6. INSTITUCIONALIDADE LATINO-AMERICANA ECOLÓGICA

Implementar uma agenda como a proposta por Nossa América Verde exige a criação de uma institucionalidade regional à altura do desafio. Historicamente, os esforços de integração continentais ou regionais têm sido de natureza muito diversa, mas nenhum deles tomou a proteção do meio ambiente como principal diretriz. Além disso, as instituições regionais de saúde têm sido fracas no combate à pandemia. Portanto, no contexto da crise climática e considerando os desafios de saúde que estamos enfrentando e que continuarão com o tempo, propomos a criação da União Ecológica Latino-americana, um organismo de integração regional que terá as seguintes atribuições:



a. Definir a agenda de transição ambiental regional, que deve incluir:

- i. Políticas conjuntas de infraestrutura pública de baixa emissão;
- ii. Criação do Banco Latino-Americano de Desenvolvimento Verde;
- iii. Identificar lacunas de conhecimento e pesquisa em ecossistemas, indústrias estratégicas e políticas necessárias para o seu fomento;
- iv. Definição de medidas urgentes de adaptação, incluindo o fortalecimento das instituições regionais de saúde e do setor de produção e distribuição de produtos farmacêuticos e suprimentos médicos necessários para emergências de saúde.

b. Fiscalização do processo de transição latino-americana que inclua: atribuições de fiscalização, pesquisa, infraestrutura coletiva, normalização e implementação de medidas urgentes de adaptação, em particular as relacionadas com a emergência sanitária.

c. Crescimento de redes ecologistas.

Incentivo à criação de redes ou organizações da sociedade civil climática, em nível continental, juntamente com a criação de mecanismos institucionais de diálogo e incidência.

d. Tribunal de Justiça Ambiental. Criação de um órgão de jurisdição complementar sobre questões ambientais, orientado para a responsabilidade dos governos da região para a proteção irrestrita do meio ambiente. Em relação a essa iniciativa, é importante discutir o escopo de uma institucionalidade dessas

características, procurando as qualidades complementares (não substitutivas) das jurisdições nacionais. Consideramos especialmente relevante a construção de legislação nacional e tratados internacionais que permitam a esse futuro Tribunal desempenhar um papel de proteção dos bens comuns regionais, tais como a floresta amazônica e as geleiras andinas, entre outros.



II. JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL

7. ENERGIA SEM EMISSÕES

Todas as sociedades, ao longo da história da humanidade, precisaram de uma fonte de energia para se desenvolver. Hoje, os combustíveis fósseis são a base da nossa economia: alimentam nossas usinas de geração elétrica; permitem que os transportes de pessoas e bens atravessem nossas cidades e territórios; ligam as máquinas que fazem rodar a produção e a indústria; mobilizam a agricultura e permitem a extração dos recursos naturais predominantes em nossa matriz produtiva. Por isso, o primeiro passo de um plano de desenvolvimento e redução das emissões de gases de efeito estufa é investir e gerar empregos na descarbonização do nosso consumo de energia. Os atuais compromissos de redução de emissões dos países do Acordo de Paris estão levando a um aumento da temperatura global de 3°C acima dos níveis pré-industriais (UNEP 2019), portanto, a contribuição latino-americana para esse desafio deve ser a mais ambiciosa possível: cada tonelada de carbono fora da atmosfera, conta.

Dadas as vantagens naturais e geográficas da América Latina, as energias limpas devem se tornar um setor econômico estratégico e prioritário do continente. A geração elétrica é responsável por 46% das emissões de gases de efeito estufa da região latino-americana (CEPAL,

2018); portanto, o desafio é gigantesco.

Um dos pressupostos básicos a partir do qual foram desenhadas as propostas de transição para economias neutras de emissão de carbono é a eletrificação da maior quantidade de processos possível. Isso ocorre pela simples razão de que a maneira mais custo-efetiva de eliminar o uso de combustíveis fósseis em áreas como transporte, uso de maquinário pesado industrial, agrícola ou de construção, entre outras, é alimentando esses processos através da eletricidade gerada por fontes renováveis não convencionais. Por outro lado, vale mencionar que a poluição do ar é outro aspecto que poderia ser significativamente reduzido através de um processo de eletrificação maciça em nível regional. Um estudo recente estimou que 64.000 pessoas morreram prematuramente em 2010 por esta causa e que este número poderá duplicar até 2050 (UNEP & CCAC, 2018). Além disso, a poluição do ar parece ter um alto impacto no desenvolvimento do coronavírus agudo. Portanto, a geração de uma matriz elétrica renovável é essencial.

Para atingir essa meta, propomos o **Plano Latino-Americano de Transição Energética:**

a. América Latina liderar a transição para energias limpas e atingir matriz energética 100% ERNC até 2050. Estabelecer o setor de energia como um setor econômico estratégico e prioritário para a região, liderando a transição energética global, por meio de um acordo continental que seja assinado no âmbito do Acordo de Paris, considerando o ano de 2023, quando deverá ocorrer o primeiro balanço das



NDCs. De acordo com um estudo recente que modela a transição para zero carbono até 2050 para a região, os benefícios são substanciais, incluindo uma economia de US\$ 283 bilhões em investimentos de capital e US\$ 222,7 bilhões até 2050, em custos de eletricidade (PNUMA , 2019).

b. Fechar todas as usinas termelétricas

a carvão até 2030 e fechar todas as usinas termelétricas até 2040. Toda nova entrada na matriz elétrica será ERNC, focada em uma geração estável que funcione 24/7, mantendo e protegendo a atual capacidade instalada de energia hidrelétrica, que pode estar em perigo devido à escassez de água em algumas zonas.

c. Estratégia de Integração Energética Latino-

Americana. Com o objetivo de ter uma matriz energética mais descentralizada e distribuída, que aproveite as vantagens das energias limpas de cada país, propomos uma estratégia de cooperação que nos permita ter uma rede de interconexão elétrica regulada com altos padrões de eficiência e capacidade tecnológica.

d. Democracia e descentralização energética.

Investir e incentivar, legal e economicamente, a geração energética comunitária distribuída, para que bairros e comunidades locais possam gerar, e até vender, energia limpa de maneira descentralizada, aumentando o suprimento de energia e diminuindo a necessidade de termelétricas.

e. Estratégia Latino-Americana de Eficiência

Energética. Estratégia para desenvolver programas de eficiência energética em áreas e tecnologias relevantes para as economias e

sociedades da região.

f. Proibição de *fracking*. A técnica para extrair petróleo conhecida como fracking é especialmente prejudicial ao ecossistema e deve ser proibida. Soma-se a isso sua complexa viabilidade econômica, que exige altos investimentos sem garantir um retorno efetivo e com custos ambientais e sociais muito altos.

8. CIDADES JUSTAS E SUSTENTÁVEIS

Segundo a ONU Habitat (UN Habitat, 2016), as cidades consomem 78% da energia global e são responsáveis pela emissão de 60% dos gases de efeito estufa. A América Latina é o continente mais urbanizado do mundo, com mais de 80% da população residindo nas cidades. Hoje, mais de 100 milhões de pessoas (CEPALSTAT, 2019) moram em assentamentos, já que nossas cidades não foram projetadas para uma convivência harmoniosa e sustentável. Por essa razão, propomos:

a. Construção de 25 milhões de casas sustentáveis. O déficit habitacional em nosso continente tem sido um problema que perdura no tempo, apesar das grandes mobilizações de habitantes exigindo o direito à moradia e políticas públicas que têm tentado responder a essa demanda em todos os países. O número exato é de definição complexa, mas é certo que houve um aumento de cerca de 38 milhões de unidades, em 1990, para cerca de 50 milhões, em

2012 (UN Habitat, 2012). A necessidade de reduzir nosso consumo de energia e proporcionar maior conforto e qualidade habitacional requer um plano ambicioso para a construção de moradias sociais sustentáveis, dignas e com acesso a serviços públicos. Por isso, propomos a construção de 25 milhões de moradias com esse padrão, até 2030.

b. Recondicionamento de moradias para melhorar a eficiência energética e o conforto térmico de 40 milhões de lares. Propomos implementar um plano de renovação das edificações já existentes, melhorando o isolamento para elevar os níveis de conforto térmico, que permita aquecer ou climatizar as moradias de acordo com as necessidades de cada região ou estação. Por outro lado, avançaremos na eletrificação do equipamento doméstico, oferecendo opções eficientes e baratas que diminuam o consumo de energia e permitam reduzir o impacto na saúde das pessoas do uso de combustíveis sólidos (90 milhões de pessoas ainda os utilizam na região, PNUMA & CCAC, 2018). A pobreza energética é uma realidade na região que será combatida com a melhoria das moradias já construídas e que podem atingir um alto padrão construtivo com uma política massiva de recondicionamento.

c. Planejamento urbano verde.

Nossas cidades têm um padrão de desenvolvimento característico, com áreas compactas e difusas, criando desafios específicos para nosso continente. As cidades latino-americanas apresentam altos níveis de informalidade, desigualdade no acesso a fontes



de trabalho e aos serviços públicos. Isso resulta em inúmeros danos para as pessoas, incentiva a emissão de gases de efeito estufa e dificulta a adaptação às mudanças climáticas. Sendo assim, propomos um planejamento urbano que privilegie a densificação planejada, corredores de mobilidade e áreas verdes como pulmões urbanos. Essa medida deve considerar os efeitos que as mudanças climáticas terão sobre a criação de ilhas de calor nos centros urbanos, locais onde o aumento da temperatura será substancial e afetará principalmente os setores mais pobres das cidades.

Por outro lado, é necessário explorar novos modelos de habitar as cidades, preferencialmente aqueles que reduzam nossa carga ambiental e comportamentos que a afetam. Nessa linha, devemos incentivar a moradia colaborativa e formas de uso das moradias que não descansem exclusivamente na propriedade privada. Além disso, enfrentaremos a especulação e o rentismo imobiliário que produzem efeitos sociais e ecológicos nefastos em nossas cidades.

d. Impulsionar a iniciativa “Cidades em Transição” em cada um de nossos países.

Bem como as políticas executadas pelo Estado são importantes, é necessário promover a ativação de polos de transformação nos quais as comunidades tomem a direção dos processos de transição para ecossistemas urbanos sustentáveis. Tomando a experiência de redes internacionais de governos locais como o ICLEI, o movimento das cidades em transição ou os ecobairros, propomos políticas para incentivar esse tipo de iniciativas, além de apoiar a



criação de uma Rede Regional que permita a transferência de experiências e conhecimentos sobre os desafios da transição desde os territórios.

9. MOBILIZAÇÃO E TRANSPORTE LIMPO

O transporte é responsável por 27% do uso de energia e 14,5% das emissões de gases de efeito estufa na região, de acordo com dados do início da década. Isso é explicado por um crescimento significativo de 49% no período 2000-2012 (Vergara et al., 2015).

Nossas sociedades exigem que pessoas e produtos se desloquem, mas devemos focar em minimizar a necessidade de movimento e descarbonizar nossos meios de transporte. **Nossa América Verde** propõe o fortalecimento dos meios de transporte públicos e com baixa emissão de gases de efeito estufa; para isso, devemos avançar em infraestrutura ferroviária, marítima e passar para uma lógica de eletromobilidade.

a. Transporte público elétrico e gratuito em todas as cidades com mais de 200 mil habitantes. Investir em transporte público 100% elétrico e acessível, com previsão de gratuidade a médio prazo. Atualmente, 32% das viagens diárias nas cidades de nosso continente são feitas em transporte individual, veículos responsáveis por 66% do consumo de energia e 75% das emissões de CO₂ no transporte (Vasconcelos, 2019). Além disso,

sabemos que na América Latina pelo menos 100 milhões de pessoas vivem em cidades que têm níveis de poluição atmosférica superiores aos recomendados pela Organização Mundial de Saúde (Clean Air Institute, 2017). Cabe mencionar que além dos efeitos já mencionados da poluição atmosférica sobre a saúde humana, um estudo recente valorizou os benefícios de uma transição total para o transporte elétrico na região, estimados em US\$ 30.000 milhões (PNUMA, 2019).

Apesar de representar uma porcentagem minoritária dos transportes e apresentar tais efeitos negativos, o carro tem sido tradicionalmente apoiado pelas políticas públicas, seja de maneira explícita ou implícita. Propomos um plano de criação de sistemas de transporte público gratuitos e de baixa emissão, construído a partir do princípio de eletromobilidade (ônibus elétricos, metrô, trens), que inclua incentivos à mobilidade ativa, além de obras de infraestrutura para bicicletas, em todos os centros urbanos.

b. Investimento em infraestrutura urbana para mobilidade não motorizada, com forte papel para a bicicleta. É um meio de transporte que vem crescendo ano após ano e que, além dos benefícios à saúde que o exercício proporciona, permite a locomoção urbana, minimizando o risco de transmissão do vírus em tempos de pandemias.

c. Transporte interurbano de baixa emissão. O mundo enfrenta um crescimento continuado da demanda por transporte interurbano e internacional de pessoas. As emissões desse



fenômeno têm aumentado consideravelmente nos últimos anos e nossa região carece de uma resposta. Por isso, promoveremos a criação de redes ferroviárias elétricas em todos os países; o fortalecimento da capacidade do transporte de ônibus em direção à eletromobilidade e o desincentivo ao transporte aéreo enquanto não houver soluções de baixa emissão de gases de efeito estufa.

d. Transporte de bens. A Nossa América

Verde propõe a necessidade de promover o comércio intrarregional, que hoje representa apenas cerca de um quinto das exportações dos países da região. O desenvolvimento de um poderoso mercado regional requer uma rede de infraestrutura sustentável multimodal, que inclua caminhões elétricos, trens de carga e transporte marítimo. Atualmente, o comércio intrarregional carece da capacidade de mudar os modos de transporte e por isso propomos investir no fortalecimento de uma rede ferroviária que inclua todos os portos e cidades com mais de 300 mil habitantes. Da mesma forma, devemos apostar fortemente na inserção de caminhões elétricos no transporte de mercadorias.

Por outro lado, achamos essencial identificar as potencialidades que a realocação da produção pode ter em toda a região. As cadeias de inovação e desenvolvimento podem se beneficiar muito se promovermos a produção e o consumo locais, gerando uma carga ambiental menor e reduzindo a pressão pela construção de infraestrutura de transporte com alto impacto ecológico. Devemos explorar medidas que incentivem esse processo,



combinando uso de novas tecnologias, cooperação e transmissão de conhecimento regional e revalorização de conhecimentos tradicionais.

10. PROTEÇÃO ÀS FAMÍLIAS E TRANSIÇÃO DE TRABALHO JUSTA

A crise e a transição socioecológica não podem ser pagas pelos trabalhadores.

O efeito da pandemia causada pelo novo coronavírus foi estimado em 11,6 milhões de desempregados este ano, o que constitui um claro precedente para uma possível recessão regional (CEPAL, 2020). Alguns setores econômicos diminuirão de tamanho, mas outros deverão crescer substancialmente (geração de energia renovável, conservação, agricultura intensiva de mão de obra, transporte público, habitação sustentável, entre outros). Por outro lado, enquanto a atual pandemia vai deixar marcas na forma como trabalhamos, enquanto a crise ecológica e climática exige mudanças radicais na organização econômica regional.

Um plano de descarbonização responsável deve considerar a força de trabalho que foi dedicada na indústria de combustíveis fósseis e nas indústrias com maiores emissões de GEE. Um estudo recente (IRENA, 2018) afirma que 19 milhões de novos empregos serão criados em todo o mundo se uma transição energética

realmente ambiciosa for feita, enquanto apenas 7,4 milhões de empregos poderão ser perdidos. Isso nos deixa com um lucro líquido de 11,6 milhões de novos e melhores empregos em nível mundial, o que representa uma oportunidade importante. Um estudo de recente publicação aponta que uma transição para a neutralidade do carbono nos transportes e na geração de energia até 2050 geraria mais de 30 milhões de empregos (PNUMA, 2019). Em 2016, cerca de dois milhões de pessoas já estavam trabalhando no setor de energias renováveis na América Latina (CEPAL, 2018).

Por outro lado, os eventuais impactos negativos advindos, em grande parte, das fontes de trabalho essenciais na região, como o agronegócio, que manteve 16% da população empregada em 2012, deixam a população em um nível grave de incerteza trabalhista e social. Se acrescentarmos que, em 2018, 182 milhões de pessoas viviam na pobreza e 63 milhões na pobreza extrema (CEPAL, 2019), sendo mais da metade de, indígenas, significa que poderiam aumentar os níveis de desigualdade vivenciados na região, especialmente considerando que as consequências da crise climática e ecológica exerce impacto severo sobre os mais vulneráveis. Por outro lado, os empregos na região tendem a ter alto potencial de automação, aumentando ainda mais o nível de incertezas. Por esses motivos, é necessário acompanhar e proteger a sociedade por meio de uma **Estratégia de Transição Justa**.

a. Renda Básica Emergencial para famílias vulneráveis durante a crise. Como sociedade, temos a obrigação de apoiar as famílias



que perderam seus empregos ou meios de sobrevivência, estando entre as mais afetadas pela atual crise econômica e de saúde.

Devemos proporcionar uma Renda Básica de Emergência para os setores mais vulneráveis da região, enquanto durar a crise.

b. Capacitação e renda especial para uma transição justa. É claro que os custos da transição não podem ser pagos diretamente por pessoas que perdem seus empregos devido ao fechamento de fontes de emprego que hoje são poluidoras. Propomos uma Transição Justa, na qual o Estado oferece incentivos, educação e apoio às comunidades para lidar com as mudanças necessárias. Devemos facilitar sua transferência para novas fontes de emprego e, ao mesmo tempo, melhorar as condições gerais de trabalho. O recente estabelecimento de rendimentos mínimos de emergência diante da pandemia é um exemplo a ser emulado através de ferramentas similares para os trabalhadores afetados pela transição. Desta forma, podemos garantir renda para os trabalhadores enquanto eles treinam e encontram novas fontes de emprego. Os incentivos à organização sindical e o fortalecimento das organizações de trabalhadores são essenciais para isso. Propomos o urgente início de um processo regional de discussão social entre organizações sindicais, governos e o setor empresarial, a fim de definirmos juntos políticas de transição.

c. Educação pública gratuita com foco ambiental. A educação é o principal motor de uma economia capaz de enfrentar a crise



climática, portanto, seu acesso deve ser garantido também para reduzir os níveis de desigualdade social e climática. Devemos fortalecer os planos de capacitação, em todos os níveis, de acordo com as mudanças no mundo do trabalho e com relação aos novos trabalhos que serão necessários para sustentar nossa nova economia. Isso também envolve programas de educação continuada, colaborativos, sobre o clima, em nível continental.

d. Novo paradigma de trabalho. A transformação necessária para enfrentar a crise exige repensar todos os aspectos de nossa vida diária. Entre eles, cabe considerar a forma como o trabalho afeta as altas emissões de GEE e a pressão sobre os ecossistemas em geral. Nessa linha, vale mencionar os efeitos revolucionários que teria a projeção de instrumentos de valorização dos trabalhos domésticos e de cuidado, os quais hoje estão praticamente fora da economia formal. Essas atividades, como os trabalhos reprodutivos, são tão ou mais essenciais para as economias quanto os produtivos, mas hoje estão invisibilizados, apesar de seu baixo impacto ambiental. Por isso, a Nossa América Verde requer uma perspectiva feminista na concepção e execução da economia. A valorização desses trabalhos abre novas oportunidades para melhorar a resiliência à crise climática.

Por outro lado, há evidências do impacto da jornada de trabalho no consumo de energia e nas emissões de GEE (Fitzgerald, 2015), em que se observa que um número maior de horas



aumenta substancialmente as duas variáveis. Se somarmos a isso as transformações pelas quais o mundo do trabalho está passando e a discussão global sobre a duração da jornada de trabalho, propomos avançar para uma redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais no curto prazo, visando chegar às 35 horas até 2030.

e. Saúde pública gratuita e de altos padrões de qualidade. Garantir o acesso à saúde é essencial para uma população que seja capaz de se adaptar aos desafios impostos pela crise climática, principalmente considerando as consequências por conta da propagação de novas doenças e o aumento das temperaturas e chuvas extremas.

11. SOBERANIA ALIMENTAR SUSTENTÁVEL

A agricultura desempenha um papel fundamental na economia da região, tanto como exportador quanto como fornecedor de alimentos para consumo interno. O setor tem crescido de forma continuada nos últimos anos, causando dois fenômenos de consequências complexas. Em primeiro lugar, o impacto socioeconômico do crescimento da indústria agrícola transformou as bases das economias camponesas tradicionais. Os sistemas agrícolas tradicionais mudaram para a agricultura industrializada exportadora, que requer concentração de propriedade, altos usos da tecnologia e mercantilização do patrimônio biológico regional. Os camponeses são hoje



comunidades vulneráveis, representadas por povos indígenas e camponeses tradicionais, que veem suas formas de vidas ameaçadas. A falta de acesso à terra é observada na medição do índice de Gini aplicado à distribuição da terra, onde a região atinge 0,79, superando amplamente a Europa (0,57), África (0,56) e Ásia (0,55).

Em segundo lugar, a agricultura industrial e extensiva aumentou significativamente sua pegada ambiental, incluindo o uso profuso de agroquímicos, a degradação do solo, a perda de diversidade de espécies alimentares, o gigantesco consumo de água exigido e, especialmente, as emissões de GEE. A agricultura é o setor que fornece a maior quantidade de gases de efeito estufa na região pois, incluindo a mudança no uso do solo, representa cerca de 50% das emissões (Vergara et. al., 2015). Paralelamente ao crescimento continuado de nossa indústria, a região está enfrentando uma dupla crise: de insegurança alimentar (que atingiu 34 milhões de pessoas em 2017 [FAO, 2018]) e obesidade (que atinge 30% da população [FAO, 2018]), ambos os fenômenos fortemente ligados à disponibilidade de alimentos nutritivos a um preço acessível. Em suma, o setor exige mudanças estruturais que lhe permitam manter sua preponderância na economia, descentralizar a propriedade e os serviços públicos, preservar as formas tradicionais de produção, melhorar o acesso a alimentos acessíveis para nossa população e reduzir radicalmente o impacto ambiental da produção. Para isso, propomos:



a. Transformação da pecuária. A indústria pecuária é esmagadoramente responsável pelo impacto ambiental do setor, tanto pela produção direta quanto pela pressão das culturas utilizadas nesse processo, principalmente a soja. É por isso que a região emite cerca de um terço dos GEE da pecuária em nível global, produzindo apenas uma quarta parte do total de carne bovina e uma quinta parte das aves (CEPAL-FAO, 2017). A preocupação com o impacto ambiental da pecuária cresceu consideravelmente em nível global. Por isso, reconhecendo a importância do setor na região, consideramos urgente o início de uma transição para um novo modelo de produção pecuária. Esse modelo deve reduzir radicalmente a pecuária industrial, junto com uma política ativa de redução do impacto ambiental dessa indústria, por meio de tecnologias na alimentação dos animais, integração em práticas agroecológicas e promoção de substitutos nas dietas regionais.

b. Política agrícola comum. Devido ao papel preponderante que a agricultura desempenha nas emissões de GEE e sua importante função social e econômica, acreditamos que a região deve criar uma política de integração que gere uma política agrícola comum. Ela deve ter os seguintes objetivos: redução do impacto ambiental; garantia de acesso a dietas nutritivas, acessíveis e sustentáveis para a população; melhoria da distribuição da riqueza gerada no setor (com medidas como desconcentração de propriedades, melhora das condições de trabalho, entre outros); e preservação do patrimônio biogenético e cultural existente no setor.



Tomando como exemplo o processo de integração europeu e sua Política Agrícola Comum, propomos a criação de instrumentos e ações colegiadas que fortaleçam o comércio intrarregional e a soberania alimentar, com políticas baseadas nos princípios da agroecologia.

c. Transição para a agroecologia. O impacto ambiental da agricultura está diretamente relacionado à forma de produção assumida até o momento. Propomos avançar para o redesenho das práticas do setor, transitando para a agroecologia, favorecendo o menor uso possível de recursos e energia, utilizando técnicas de diversificação de espécies e recursos genéticos, integração de cultivos com a pecuária e uso de insumos orgânicos na produção. A política agrícola comum deve estabelecer linhas claras de implementação desses critérios, que vão além da certificação orgânica, e monitorar avanços para que uma porcentagem relevante da produção seja realizada por métodos agroecológicos, potencializando os circuitos curtos de produção e consumo, que favoreçam o acesso a alimentos frescos e reduzam o custo de intermediação e as emissões de GEE no transporte de alimentos a grandes distâncias.



12. CONSERVAÇÃO E REGENERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

A riqueza de ecossistemas, biodiversidade e recursos naturais da América Latina é uma das maiores do planeta. Temos uma diversidade geográfica imensa que permite o desenvolvimento de espécies, relevos e paisagens únicas no mundo. Com a presença de desertos, passando pela cordilheira mais longa do planeta e terminando na Amazônia, a tarefa de conservar e regenerar nossos ecossistemas deve ser uma prioridade em nossa proposta. Infelizmente, ainda existem muitos temas pendentes nessa matéria. A perda de florestas nativas, a destruição de espécies e dos ecossistemas marinhos e terrestres como resultados da ação humana vêm aumentando na região.

Isso ocorreu principalmente devido à pressão da agricultura extensiva, à dependência da extração de recursos naturais e à proliferação de grandes centros urbanos (PNUMA-WCMC, 2016). O efeito dessas ações é um aumento significativo nas emissões de gases de efeito estufa (GEE), em particular por causa da mudança no uso do solo, que representa uma parte considerável das emissões totais dos países da América Latina e Caribe.

Na região, o gasto médio do setor público em proteção ambiental varia entre 0,14% e 0,50% do PIB, o que, em comparação com a média europeia (0,7%), é um número muito baixo



(CEPAL, 2014). Por outro lado, achamos essencial reconhecer o papel determinante que os povos indígenas desempenham na conservação de nossa região, os quais, devido ao avanço de projetos industriais em seus territórios, têm visto ameaçados seus modos de vida. Com base no exposto, propomos avançar nas seguintes medidas:

a. Política de Conservação e Regeneração de Florestas Nativas. Nos últimos 15 anos, **96 milhões de hectares de florestas foram perdidas no continente.** O potencial para captura de gases de efeito estufa de florestas e de restauração florestal é considerado uma ferramenta crucial para a mitigação de emissões. No entanto, seu fomento significou um crescimento relevante para a indústria florestal, cujo potencial de captação tem sido questionado por parte da comunidade científica. Por outro lado, os custos ecológicos e sociais, particularmente sensíveis em relação ao deslocamento dos povos indígenas, faz necessária uma visão crítica sobre o papel desempenhado na mitigação das alterações climáticas. De fato, há evidências de que o reflorestamento de monoculturas de pinheiro e eucalipto, presentes sobretudo no Brasil, Chile e Uruguai, diminui radicalmente a disponibilidade de água, deixando o território mais vulnerável para se adaptar à crise climática (Alvarez-Garretón et al., 2019). Por isso, propomos reorientação das políticas do setor, privilegiando a conservação da floresta nativa como ferramenta de mitigação de GEE. Também propomos estabelecer metas de reflorestamento por meio do plantio de espécies nativas, deixando de lado o plantio



de espécies exóticas, uma das ferramentas preferidas para planos de reflorestamento.

b. Política de Conservação Marítima. A situação global dos oceanos é crítica. De um lado, eles enfrentam a superexploração e o esgotamento de inúmeras espécies de pescados. De outro, suas águas recebem anualmente uma quantidade impressionante de resíduos de todos os tipos. A isso, cabe somarse a pressão que as mudanças climáticas já estão gerando nos ecossistemas marinhos, que ainda deve aumentar (IPCC, 2019B).

A região fez um avanço considerável na conservação de áreas marinhas, mas ainda existe um desafio importante da falta de recursos públicos para gerenciar a conservação e para garantir a exploração sustentável de seus recursos. Mais de dois milhões de pessoas na região dependem diretamente do setor pesqueiro, por isso é urgente repensar a forma de gerenciamento de nossos oceanos, considerando o impacto ambiental que estão recebendo.

c. Política de Conservação da Biodiversidade. A riqueza da região em matéria de biodiversidade é reconhecida globalmente. Apesar disso, não contamos com ferramentas nem com vontade política para considerar a conservação desse patrimônio como uma tarefa crucial. Nesse sentido, propomos o desenvolvimento de uma estratégia regional que vise parar a destruição de ecossistemas e perdas de biodiversidade, fortalecendo os órgãos existentes, como a Organização do



Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), ampliando o número de países que colaboram neste acordo e dando-lhes mais atribuições. É necessário criar uma estratégia de apoio com padrões comuns de conservação, regeneração e restauração.

Por outro lado, é urgente proteger a diversidade genética diante da privatização desse bem comum, tão precioso para as comunidades da região para fins de alimentação e saúde, entre outros. Devemos lutar contra a apropriação comercial que priva as comunidades de seus direitos de acesso e uso livre dos recursos genéticos dos ecossistemas.

d. Defesa da água e de geleiras. Apesar de possuir alta disponibilidade de água quando comparada a outras regiões (CAF, 2015), a América Latina detém desafios importantes quanto à acessibilidade e ao abastecimento de água, que são de naturezas diferentes, dependendo da região analisada. 23% da população (125 milhões de pessoas aproximadamente) moram perto de bacias hidrográficas onde existem problemas de escassez de água potável. Por isso, propomos o desenvolvimento de políticas sub-regionais e o fortalecimento dos instrumentos nacionais de administração desse bem comum essencial. Isso deve incluir a melhoria dos sistemas de abastecimento urbano; gestão integral das bacias; diminuição da poluição nos corpos de água; melhoria da eficiência no uso agrícola e industrial e priorização ao consumo humano.



Por fim, cabe mencionar a necessidade de definição de políticas conjuntas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas quanto à disponibilidade de água. Dentre eles, um dos mais importantes é o impacto sobre as geleiras. As temperaturas nas montanhas aumentarão e uma alta porcentagem de geleiras deverá ser afetada pelas mudanças climáticas. Para combater essa ameaça, propomos o fortalecimento das colaborações nas políticas de conservação das geleiras entre os países da região.

13. ECONOMIA CIRCULAR: REUTILIZAÇÃO, RECICLAGEM, REDUÇÃO E RESÍDUOS

Na América Latina, 541 mil toneladas de resíduos urbanos são produzidas por dia, das quais apenas 10% são valoradas de alguma forma, com uma grande disparidade entre cada país. 27% dos resíduos são destinados a aterros, queimas ou a outras práticas inadequadas, e ainda 40 milhões de pessoas carecem de serviço de coleta de resíduos (ONU Meio Ambiente, 2018). A reciclagem formal atinge apenas 2% do total da região e a reciclagem total chega até 4% (Hettiarachchi et al., 2018). O setor de resíduos é responsável por cerca de 5% das emissões de gases de efeito estufa na região (CEPAL, 2018). Como podemos ver, a situação dos resíduos na região é crítica e devemos avançar rapidamente para uma solução coletiva nesta área. Nessa linha, propomos:



a. Política comum de redução de resíduos.

Replicando as diretrizes da União Europeia nesta área, como a de nº 2019/904, a região deve estabelecer metas claras de redução de resíduos. Isso deve ser alcançado por meio de vários instrumentos, tais como:

- i. Proibição progressiva de plásticos ; descartáveis, como sacolas plásticas, lâmpadas, entre outros;
- ii. Valorização de resíduos orgânicos por meio de programas de compostagem, produção de biogás ou similares;
- iii. Instrumentos de requisitos para a projeção de produtos que consigam reduzir sua pegada ambiental e ataquem diretamente a obsolescência planejada, exigindo padrões de duração para os bens produzidos e importados na região.

b. Aplicação da Convenção de Basileia em nível regional.

A Convenção exige que todos os países membros garantam que os resíduos perigosos e outros resíduos sejam tratados e descartados de maneira ambientalmente racional, e é esperado que minimizem as quantidades que ultrapassam as fronteiras e que tratem e eliminem os resíduos o mais próximo possível do local onde são gerados e ainda que impeçam ou minimizem a geração de resíduos na fonte. A maior parte da região ratificou o documento e alguns países incluíram a proibição de exportar resíduos perigosos em sua legislação interna. Propomos uma aplicação regional dos princípios da Convenção, buscando a valorização dos resíduos de maneira próxima à origem e agir coletivamente para evitar a concentração deles em países com menos recursos.



c. Estratégia de reciclagem regional através da responsabilidade estendida ao produtor.

Propomos que a região recicle pelo menos 50% de seus resíduos até 2030 por meio da geração de uma indústria local que os gerencie, gerando incentivos para a projeção e importação de produtos de menor impacto que possam ser valorizados através da tecnologia existente na região. Toda essa política deve ser financiada predominantemente pelos produtores de bens que geram resíduos.

d. Política comum de gestão de resíduos especiais. Os resíduos não considerados no ambiente domiciliar (incluindo aqueles perigosos, nas áreas da saúde, construção; elétricos e industriais) não são tratados adequadamente na região. Propomos a geração de padrões comuns de tratamento, bem como processos de monitoramento de conformidade, para redução do impacto que ainda hoje não conhecemos em sua totalidade.

14. GESTÃO INTEGRADA CONTRA RISCOS DE DESASTRES E CRISES SANITÁRIAS: INVESTIMENTO EM RESPOSTA E RESILIÊNCIA

Estima-se que até o final deste século haverá um aquecimento médio de 2.5°C na América Central e de até 4°C na América do Sul, além de reduções nas chuvas anuais em nível geral. De acordo com o Centro de Pesquisa de Epidemiologia em Desastres (CRED), desde o ano de 1900, houve na América Latina um aumento



significativo na ocorrência de desastres naturais associados às mudanças climáticas, o que nas últimas cinco décadas significou perdas econômicas equivalentes a US\$ 161 bilhões. Anteriormente mencionado neste documento há o crescimento das doenças que veremos como a causa da crise climática. A isso soma-se a experiência traumática que estamos vivendo atualmente com o coronavírus, com a qual nossa institucionalidade tem sido esmagada. Devemos desenvolver novas instituições e fortalecer aquelas que já existem.

As áreas críticas devido à crise climática na região são a hídrica, seguida pela indústria agropecuária, a biodiversidade e a saúde, que são fundamentais para o desenvolvimento de nossos países e bem-estar da população. A América Latina é uma região particularmente vulnerável a eventos perigosos e a riscos de desastres, o que nos obriga a elaborar medidas imediatas e combinadas que nos permitam não apenas responder a tempo às diferentes ameaças, mas também formar sociedades mais preparadas para outros desafios da região. Isso requer uma **estratégia de adaptação e resiliência latino-americana** que considere:

a. Sistema de monitoramento de risco e vulnerabilidade. Incluir metodologias e tecnologias padronizadas e compartilhadas pelos diferentes países que permitam medir de maneira precisa e contínua os diferentes indicadores de risco e vulnerabilidade em nível territorial.

b. Mapa de risco e vulnerabilidade. Criar urgentemente um mapa georreferenciado de



todos os riscos e vulnerabilidades da região, sendo um instrumento essencial para a previsão, planejamento e projeção de medidas de adaptação e resiliência. Esse mapa deve ser atualizado semestralmente.

c. Fortalecimento da institucionalidade estadual e local. As medidas de adaptação são necessariamente executadas no nível territorial, o que significa que a institucionalidade municipal deve ser fortalecida de modo a possuir maiores atribuições para implementar planos estratégicos de adaptação e maior disponibilidade de recursos, além de contar com capital humano avançado capaz de compreender os fenômenos e implementar respostas pertinentes e rápidas. Tudo isso em diálogo com o Plano de Adaptação Nacional e Continental, que deve ser elaborado por meio de redes formais de troca de experiências e conhecimentos, com base nas particularidades de cada país e território.

d. Planos de recuperação. Para aqueles territórios que já foram afetados pela atividade humana, incluindo regeneração de ecossistemas e apoio econômico às comunidades que sofreram efeitos diretos de sua devastação.

e. Saúde resiliente. As mudanças nas condições climáticas promovem o surgimento ou migração de novos vetores em diferentes territórios, o que deve ser enfrentado com o fortalecimento tanto da infraestrutura como do pessoal, com base em critérios climáticos.



f. Migrantes Climáticos. A migração entre países será um fenômeno que se intensificará pelos efeitos da crise climática. Em nosso continente, precisamos urgentemente combinar critérios em torno das estratégias e instrumentos que serão usados para lidar com esse fenômeno. Portanto, exigimos uma política comum que deve ser iniciada com o compromisso de ratificar o Pacto Global de Migração, que inclui a emergência climática em sua proposta.

BIBLIOGRAFIA

Alvarez-Garretón, C, Lara, A., Boisier, J.P. & Galleguillos, M. (2019) The Impacts of Native Forests and Forest Plantations on Water Supply in Chile, *Forests* 10 (6), 473.

Banco Mundial (2019) Gasto en investigación y desarrollo (% del PIB). Disponible en <https://datos.bancomundial.org> Consultado el 25/09/2019

CAF (2015) Inseguridad Económica del Agua en Latinoamérica: de la abundancia a la inseguridad.

CEPAL (2014) El gasto en protección ambiental en América Latina y el Caribe. Bases conceptuales y experiencia regional.

CEPAL (2015) Adaptación al cambio climático en América Latina y el Caribe.

CEPAL (2015) La economía del cambio climático en América Latina y el Caribe: paradojas y desafíos del desarrollo sostenible

CEPAL. (2018) La economía del cambio climático en América Latina y el Caribe: una visión gráfica.

CEPAL. (2019) Informe de avance cuatrienal sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe

CEPAL-FAO (2017) Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe 2017-2018.

CEPALSTAT. (2019) Disponible en <https://estadisticas.cepal.org>. Consultado el 25/09/2019

CEPAL (2014) Los pueblos indígenas en América Latina: Avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos.

CEPAL (2019) Panorama Social 2019

Clean Air Institute (2013) Air Quality in Latin America: An Overview

ECONFIP (2020) Born out of Necessity: A Debt Standstill for COVID-19.

FAO (2018) Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe.

Fitzgerald, J., Jorgenson, A. & Clark, B. (2015) Energy consumption and working hours: a longitudinal study of developed and developing nations, 1990–2008. *Environmental Sociology*

Global Witness (2019)

Hettiarachchi, H, Ryu, Shoyeon, Caucci, & Silva, R. (2018) Municipal Solid Waste Management in Latin America and the Caribbean: Issues and Potential Solutions from the Governance Perspective. *Recycling 3, 19*.

Jackson, Tim (2017) Prosperity Without Growth: Foundations for the Economy of Tomorrow

IRENA (2019) Renewable Capacity Statistics.

IRENA (2018) Renewable Energy and Jobs.

IRENA (2018) Global Energy Transformation Summary.

IPBES (2019) Global Assessment on Biodiversity and Ecosystem Services.

IPCC (2018) Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty

IPCC (2019A) Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems.

IPCC (2019B) Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate.

ONU Medio Ambiente (2018) Perspectiva de la gestión de

residuos en América Latina y el Caribe.

Raworth, Kate (2017) Doughnut Economics. Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist.

UNEP (2016) GEO6- Regional Assessment for Latin America and the Caribbean.

UNEP-WCMC (2016) The State of Biodiversity in Latin America and the Caribbean: A mid-term review of progress towards the Aichi Biodiversity Targets.

UN Habitat (2016) World Cities Report, Urbanization and Development.

UN Habitat (2012) State of Latin American and Caribbean cities. Towards a new urban transition.

UNEP (2019A) Emissions Gap Report.

UNEP (2019B) Zero Carbon, Latin America and the Caribbean. The opportunity, cost and benefits of the coupled decarbonization of the power and transport sectors in Latin America and the Caribbean. Executive Summary.

UNEP & CCAC (2018) Integrated Assessment of Short-Lived Climate Pollutants in Latin America and the Caribbean. Improving air quality while contributing to climate change mitigation.

Vasconcelos, E. (2019) “Contribuciones a un gran impulso ambiental para América Latina y el Caribe: movilidad urbana sostenible”, *Documentos de Proyectos CEPAL*.

Vergara, W., Fenhann, J. V., & Schletz, M. C. (2015). Zero Carbon Latin America - A pathway for net decarbonisation of the regional economy by mid-century: Vision paper. Copenhagen: UNEP DTU Partnership

Zucman, E. & Saez, G. (2016). Missing Profits. 2016 update: Tables. Recuperado de: <https://missingprofits.world/>

Zucman, E. & Saez, G. (2019). The Triumph of Injustice: How the Rich Dodge Taxes and How to Make Them Pay. EEUU, Norton Company.



NUESTRA
AMÉRICA
VERDE